

## **Projeto de Resolução nº 1215/XII/4ª**

### **Construção da Escola Básica Integrada com Jardim de Infância Parque das Nações**

A Escola Básica Integrada com Jardim de Infância Parque das Nações, em Lisboa, foi colocada ao serviço da população em Janeiro de 2011, após a conclusão da 1ª fase da obra programada, na sequência de um protocolo assinado entre a então Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo e a Câmara Municipal de Lisboa.

Esse protocolo previa uma 2ª fase de obras, para conclusão deste estabelecimento de ensino e indo ao encontro das necessidades da população, numa área em expansão e em que o número de crianças em idade escolar tem vindo a aumentar.

É consabido que as famílias têm vindo a ser confrontadas com a necessidade de procurarem alternativas a uma promessa que constituiu o protocolo firmado e divulgado, para um espaço físico identificado, mas não adquirido ou disponibilizado – uma promessa de 2010, sem plano de execução e sem suporte financeiro.

É, também, reconhecido o enorme esforço e diligência do Agrupamento de Escolas Eça de Queiroz, que integra a Escola Básica Integrada com Jardim de Infância Parque das Nações, assim como da Junta de Freguesia do Parque das Nações e da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica e Jardim de Infância Parque das Nações.

Sendo certo que o Governo assumiu a inscrição no Orçamento de Estado para o corrente ano, tal como o fez nos de 2013 e 2014, de verba para a execução da 2ª fase da obra da Escola Básica Integrada com Jardim de Infância Parque das Nações, impõe-se que sejam criadas as condições necessárias à sua concretização, de modo a dar resposta a necessidades e aspirações das populações.

Em resposta ao pedido de informação da Comissão de Educação, Ciência e Cultura dirigido ao Ministério da Educação e Ciência, sobre a Petição nº 4077XII/3ª – “Solicitam a construção urgente da 2ª fase da Escola Parque das Nações”, foi dado conhecimento de que persistem matérias de foro jurídico não esclarecidas, que se têm prolongado e que têm vindo a condicionar a concretização desta aspiração, pelo que urge dirimi-las, no cumprimento da lei para que a 2ª fase da obra seja uma realidade.

Assim, a Assembleia da República, nos termos regimentais e constitucionais em vigor, recomenda ao Governo que:

- 1 – O Ministério da Educação e Ciência envide esforços para que se concretize a disponibilização do terreno essencial ao cumprimento do desiderato que é a construção da 2ª fase da obra da Escola Básica Integrada com Jardim de Infância Parque das Nações;
- 2 – Após a resolução das questões jurídicas que têm impedido a concretização da obra, se proceda à 2ª fase da construção da Escola Básica Integrada com Jardim de Infância Parque das Nações.

Palácio de São Bento, 9 de janeiro de 2015

Os Deputados